



**VEREAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA**  
**DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE GOP'S E ORÇAMENTO PARA 2011**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS**

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

A forma como nos empenhámos na discussão deste orçamento tem a ver, na sua génese, com o próprio posicionamento que os membros deste partido gostam e auspiciam, ou seja, escutar atentamente o que nos têm a propor e procurar denodadamente ir de encontro ao que julgamos:

1. Serem as expectativas dos munícipes de Oeiras;
2. Ao que foram e são as propostas com que, de modo contínuo, nos apresentamos ao eleitorado;
3. À manutenção de uma política em que a transparência e a ética republicana são aspectos inegociáveis;
4. Ter, sempre, o bom senso de colocar a causa comum à frente dos interesses pessoais, de cada um dos seus militantes e/ou dirigentes;
5. Estudar, pedir rectificações e alterações sempre que se ache podermos, com o nosso contributo, incrementar a qualidade de vida dos nossos munícipes;

Obviamente que a história do Partido Socialista é toda ela virada para a coragem e de não virar a cara quando a situação se agrava. Os tempos que atravessamos são naturalmente exigentes, obrigando todos a dar o seu melhor, ao longo de toda a cadeia de governação, que vai das autarquias locais até ao Governo da República.

Pois como é óbvio, esta não é uma crise de um só país, ela está enraizada na génese mais profunda do sistema de economia de mercado mundial.



Foi, cientes das graves dificuldades financeiras que se vivem, que partimos para a abordagem deste Orçamento.

Apontámos situações que se mantêm estáticas e/ou com evoluções residuais; discutimos e propusemos que se retirassem do texto citações avulsas, descontextualizadas e algumas até falaciosas, mantendo carácter de grande preocupação os seguintes exemplos:

- Alteração do texto sobre a abordagem do QREN, de modo a que as premissas referidas assentem na realidade vivenciada;
- Na análise SWOT são apontadas fragilidades organizacionais, que vêm sendo reconhecidas desde 2007, data de referência da análise comparativa mas que, mau grado, as duas reestruturações organizacionais ocorridas se mantêm;
- As estruturas internas continuam a funcionar em silo, não existindo uma visão integrada que se repercuta na partilha de recursos;
- Mau grado as explicações avançadas para que o ERP ainda não funcione e independentemente do dinamismo próprio das organizações, mantemos clara e objectivamente a ideia de que a sua implementação não está a ser correctamente endereçada, o que causa transtornos grandes a quem trabalha e funciona como um manto de nevoeiro, que não nos deixa perscrutar de um modo inequívoco e objectivo o estado das contas do município;
- Os montantes investidos em informática, bem que permitiriam estarmos muito mais avançados, na gestão integrada da Câmara, ou como alguns gostam de dizer: “Mais à Frente”, mas infelizmente não estamos!
- Prosseguir com eficácia a instalação de um SIG único, para todos os serviços da Câmara;



- Terminar o sistema de Gestão Documental, que agora nos foi prometido para o primeiro trimestre de 2011;

Mas ainda manifestamos preocupações a outros níveis:

- Como é o caso do Ambiente, nomeadamente no que concerne ao custo de manutenção dos espaços verdes, das alterações iniciadas ao nível da recolha porta à porta, à necessidade de evolução de uma política séria e consubstanciada ao nível das energias renováveis, focalizando como questão principal para o ano de 2011 o aumento abrupto da Tarifa de Resíduos Sólidos.

Este último, contra o qual tivemos oportunidade de nos pronunciar, ainda que suavizado por medidas de apoio aos mais carenciados, tendo em conta que esta situação decorre de um erro estratégico tomado com a criação de um sistema que mesmo depois de muitas correcções efectuadas de 2006 para cá, continua a custar o dobro do que custa aos municípios nossos vizinhos, que optaram pelo modelo Valor Sul, por contraponto com o nosso da TratoLixo.

- Mantêm-se constrangimentos graves na mobilidade, que não resultam exclusivamente do facto de sermos um concelho de atravessamento e as propostas de melhoramento não existem;
- A população jovem, que aqui cresceu, tem grandes dificuldades em fixar-se no concelho;
- Inexistência de uma intervenção ecológica sistémica em rede que possibilite a ligação às diferentes instituições que desenvolvem trabalho social no Concelho.
- Por último, mas não menos importante de referir, a falta de uma verdadeira política de transparência e de participação activa dos munícipes.



Questionamo-nos, aliás, porque é tão difícil colocar em prática um modelo continuado de participação, transparência e utilização de novos mecanismos de relacionamento com os munícipes. Seguramente falta um refrescamento em ideias e capacidade de fazer, que não precisam de milhares de euros para se concretizarem.

A título de exemplo, é curioso verificar que o site da Câmara apresenta, embora bastante escondido (quase parece envergonhada...) um separador “Participação” e onde inclui um outro separador para “orçamento participativo”. Para quê tê-lo se ao clicar surge a mensagem “temporariamente indisponível”. É somente para marcar presença?

- Como é possível uma Câmara com o prestígio da de Oeiras não ter uma área bem evidenciada de serviços online? Como é possível que as decisões importantes tomadas a nível das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal não tenham lugar de destaque no site? Como é possível que a situação da execução financeira do município não esteja de um modo transparente e simples, disponível para consulta?

Mas também relevamos aspectos positivos neste orçamento, tais como:

- A não redução das despesas com a acção social e com o associativismo;
- O lançamento do Modelo Integrado de Gestão, com a consequente aplicação da metodologia Balanced Score Card, mau grado ainda só nos permita verificar mapas de um modo anual, esperando que se evolua para a apresentação de mapas que nos permitam corrigir as situações atempadamente;



- No que à despesa diz respeito achamos equilibrada a divisão entre corrente e de capital, num rácio de 60% - 40%, respectivamente;
- Achamos correcta a correcção do valor de venda de terrenos, para efeito da rubrica receitas de capital, passar para 31 milhões de euros;
- Concordamos, em absoluto, com a necessidade de sermos proactivos ao nível das receitas;
- Relativamente à Receita, registamos o bom desempenho dos Impostos, nomeadamente do IMI, da Derrama e do IUC, comungando da preocupação com o eventual não cumprimento do orçamento do IMT;

Relevamos ainda, para efeito do nosso voto, o facto da aceitação, por parte do Sr. PCMO, das propostas que fizemos, nomeadamente:

- Uma atenção redobrada na racionalização das despesas de funcionamento do município, pela concretização de projectos na área da modernização administrativa, que possibilitarão grandes poupanças;
- O aumento do Fundo de Emergência Social, para valores que, no mínimo venham a atingir os 500.000,00€;
- A realização de um estudo sobre a situação social do concelho, que nos permita abordar com seriedade os problemas existentes, equacionar as medidas mais adequadas a concretizar e mobilizar a rede social do concelho para a sua implementação de forma coordenada e em rede;
- Realização de reunião/reuniões de câmara específica(s) para discussão estrutural da situação no SEL/Oeiras, bem como das agências igualmente na órbita e/ou participadas pelo município com vista à tomada de decisões estratégicas quanto ao seu futuro;



- Redução de, pelo menos, um elemento executivo em todos os Conselhos de Administração do SEL / Oeiras.
- Fazer aprovar medidas de redução concreta de despesa em todas as empresas/agências do SEL de Oeiras, nunca descurando o aspecto de captação de receitas, que é parte fundamental do binómio da gestão empresarial;

Houve, naturalmente razões de princípio, para além de todas as críticas que foram enunciadas, que não nos permitiram votar favoravelmente este orçamento:

- A primeira é que ele representa em si a vontade única do IOMAF, não tendo sido dada a oportunidade, algures no tempo prometida, de que se faria um orçamento de base zero, com a participação de todas as forças políticas do executivo;
- A falta de cumprimento, relativamente ao já referido no ano transacto, de que se poderia avançar para um modelo de orçamento participativo, ao nível da população, tendo-nos sido prometido, entretanto, que o mesmo avançaria no início de 2011.

Em conclusão, nós criticamos, mas trabalhamos, apontando sugestões e a prossecução de políticas que vão ao encontro do anseio das populações.

Sim!, porque nós não nos limitámos a nada dizer, para no fim dizer que tudo está mal; que aliás, até convém que assim se mantenha, para que possamos sem incongruências votar contra o que nos foi apresentado!

É pela crítica pedagógica, construtiva e proactiva que sempre trabalhamos e é esta a forma que achamos correcta e coerente de estar e fazer política.



Do exposto, mas sobretudo da leitura das actas das reuniões sobre as GOP e Orçamento de 2011, se pode dizer porque votámos pela Abstenção.

Continuamos, hoje como ontem, empenhados em “Melhorar o Que Está Bem e Mudar o Que Está Mal”.

Oeiras, 26 de Novembro de 2011

CARLOS OLIVEIRA

ANABELA PEDROSO

LUÍSA CARRILHO